

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto reestrutura carreira de servidores.....2

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CGU demite ex-chefe da Receita Federal por isenção tributária dada a igrejas..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita reforça cobrança de adicional para custeio de aposentadoria especial..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Em cenários incertos, papel do BC é ser mais conservador, diz Galípolo..... 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

População pode escolher quais temas serão fiscalizados pelo TCU; veja como.....7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Fundo de previdência aprovou aportes de R\$ 97 milhões..... 9

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: preenchimento de informações sobre IBS/CBS será facultativo em janeiro
..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado passa a prever inflação dentro da meta.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com crise nos Correios, governo avalia mudar a meta das estatais para 2026..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com crise dos Correios, meta fiscal para estatais deve piorar15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

SPE faz cálculo de concentração de renda para justificar mudança no IR.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Fim do ano melhor do que o esperado - MÍRIAM LEITÃO.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Dados reforçam aposta de novo corte de juro pelo Fed (Editorial).....20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Mistura de Black Friday com 13º faz Pix bater recorde..... 22

Projeto reestrutura carreira de servidores

Jéssica Sant'Ana

O governo enviou nesta segunda-feira (1o) um projeto de lei para o Congresso Nacional que traz uma série de medidas de reestruturação das carreiras do serviço público federal, ao custo de R\$ 4,2 bilhões em um ano. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), essa despesa já está prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, em tramitação no Congresso Nacional.

O projeto reestrutura cargos e salários de algumas áreas do governo e formaliza os reajustes e novas gratificações negociados ao longo de 2025, o que beneficiará 200 mil servidores, sendo 157 mil da ativa e 44 mil aposentados.

O projeto prevê o reajuste do vencimento básico para as carreiras Tributária e **Aduaneira da Receita Federal** e para a carreira de Auditoria-Fiscal do Ministério do Trabalho, além de aumento do percentual do bônus pago a aposentados das duas categorias.

Também estão sendo criados 8.825 cargos efetivos, sendo 8,6 mil para as universidades federais e 225 para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo o MGI, esses cargos serão ocupados por meio dos concursos públicos.

O projeto propõe a criação de uma nova carreira transversal, a de Analista Técnico do Poder Executivo (ATE), que aglutina cargos de suporte. Parte dos técnicos da nova carreira virá dos 9.981 cargos vagos existentes em outras carreiras.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

CGU demite ex-chefe da Receita Federal por isenção tributária dada a igrejas

ex-secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes foi demitido no dia 25 de novembro pela Controladoria- Geral da União (CGU). A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

Ele esteve envolvido no caso revelado pelo Estadão, em março de 2023, de desvio das joias doadas pela Arábia Saudita à Presidência. No comando da Receita, Gomes atuou para liberar na alfândega do Aeroporto de Guarulhos o conjunto de itens luxuosos para que chegassem às mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A demissão, no entanto, foi motivada por publicar um Ato Declaratório Interpretativo da **Receita Federal** (ADI) que garantiu isenção tributária a instituições religiosas, com foco principalmente em igrejas evangélicas. O Estadão tenta contato com o ex-secretário.

O ato foi assinado por Gomes às vésperas da eleição de 2022, num movimento do governo Bolsonaro de consolidar o apoio dos líderes evangélicos.

A medida teve impacto milionário ao liberar as igrejas de recolher contribuições previdenciárias sobre as chamadas prebendas, um tipo de remuneração especial por meio da qual as igrejas pagam pastores e demais lideranças.

Por causa da decisão, Gomes foi alvo de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que durou mais de um ano, no qual enfrentava acusações de favorecimento pessoal e de terceiros, como ocorrência em erros procedimentais.

O Ministério da Fazenda conduziu uma investigação preliminar sumária que se converteu no PAD. As duas investigações concluíram que a ordem do ex- - secretário foi manifestadamente ilegal, com elaboração de uma "minuta de ADI (Ato Declaratório Interpretativo da **Receita Federal**) fora dos padrões formais com irregularidades definidas em normativos".

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Receita reforça cobrança de adicional para custeio de aposentadoria especial

A **Receita Federal** reforçou sua estratégia de cobrança da contribuição adicional por Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), paga pelas indústrias quando há empregados com direito à aposentadoria especial. Agora, o órgão começou a enviar comunicados detalhando o cálculo do valor devido pelas empresas. A medida informativa seria mais uma ferramenta, segundo especialistas, para pressionar as indústrias ao pagamento.

O adicional ao RAT, também chamado de GILRAT, é uma contribuição previdenciária cuja alíquota varia de 6% a 12% e que incide sobre o valor da remuneração do trabalhador. O percentual cobrado depende do tempo de trabalho para a concessão da aposentadoria especial. Essa contribuição foi criada para custear a aposentadoria especial de funcionários expostos a agentes nocivos à saúde, como o ruído.

O centro da divergência entre Fisco e empresas se encontra no uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) eficaz para minimizar ruído afastaria a cobrança. O Fisco entende que não. Já as empresas argumentam que, se não acreditassem na funcionalidade desses equipamentos, não os ofereceriam.

Por meio dessa "malha fina" a Receita Federal tem informado a alguns contribuintes que eles deveriam deixar de recolher integralmente o adicional da contribuição que incide sobre a remuneração daqueles empregados expostos a ruído em níveis superiores a 85 decibéis. A partir desse grau de ruído haveria risco à saúde e, portanto, direito à aposentadoria especial após 25 anos de trabalho.

Ainda segundo a Receita, diferentemente de situações em que a adoção de medidas de proteção, que efetivamente neutralizam ou reduzem o grau de exposição do trabalhador, afasta a concessão da aposentadoria especial, no caso de ruído acima do limite tolerável o uso de EPI não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado.

A Receita se baseia em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), com repercussão geral do ano de 2014. Na ocasião, a Corte entendeu, com repercussão geral, que é ineficaz o uso de EPI para a concessão de aposentadoria especial (tema 555). A partir daí, publicou o Ato Declaratório Interpretativo

(ADI) nº 2/2019, pelo qual indica que a contribuição adicional ao RAT é devida pelo empregador se a concessão da aposentadoria especial não puder ser afastada pela neutralização dos riscos ambientais por EPI.

Essa estratégia de cobrança foi facilitada no ano de 2021. A partir daquele ano, as empresas começaram a indicar no e Social (plataforma digital com informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais prestadas pelos empregadores) informações sobre saúde e segurança do trabalho. Com dados sobre o fornecimento de EPI e a submissão a agentes nocivos à saúde, o governo federal passou a traçar o perfil previdenciário dos trabalhadores.

Essas informações basearam os "avisos de cobrança" que foram encaminhados às indústrias. Em um deles, ao qual o Valor teve acesso, enviado recentemente, a Receita aponta a conta a ser paga pela empresa: para 94 segurados expostos ao ruído, a base de cálculo previdenciária seria de R\$ 5 milhões.

"Temos atendido empresas que receberam esses informes, como se fosse um aviso de cobrança", afirma Cristiane Matsu-moto, sócia do Pinheiro Neto Advogados. O boom do envio de avisos coincide com o detalhamento de informações no e-Social, segundo a advogada.

O Fisco observa se há o apontamento de agente ruído no e-Social e o recolhimento de outra contribuição previdenciária, o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), explica Cristiane. Sem fiscalizar, somente com esses dados em mãos, diz ela, emite o aviso de cobrança. De acordo com a advogada, o procedimento a ser adotado pelas empresas que recebem tais informes deve ser o de verificar se, em cada caso concreto, tem EPI com laudo técnico de neutralização do ruído.

"Se a empresa tem medidas que neutralizam o ruído, a gente recomenda discutir, mas se a empresa não investiu nisso, a auto regularização é vantajosa porque afasta a multa", afirma. Na autuação, é exigido pagamento de multa de 75% do valor devido. Outro ponto, segundo a advogada, é verificar se o número de empregados indicado pelo Fisco corresponde à realidade. "O SAT só é devido para quem está exposto a risco (à saúde), mas, muitas vezes, os autos de

infração é calculado sobre um contingente maior de empregados", afirma.

Os advogados também criticam a interpretação restrita da decisão do STF sobre o assunto pela **Receita Federal**. Eles concordam que o adicional referente ao ruído terá reflexo na concessão de aposentadoria especial e, conseqüentemente, nos valores a serem pagos pela Previdência. Contudo, alegam que as empresas investem em medidas protetivas à saúde, com base na legislação de saúde ocupacional, e que não faria sentido fazer isso e depois ser cobrado "por algo que não seria devido".

Segundo o advogado Caio Tani-guchi, sócio do escritório Tozzini Freire, se tomou um hábito a Receita enviar a indicação de malha fiscal para pressionar a cobrança do RAT. "Eles fazem um cruzamento de dados pelo e-Social e apontam para as empresas o número de funcionários que estão expostos a ruído acima do limite de tolerância", afirma. F. um passo antes das fiscalizações, segundo o advogado. "Temos mais de 50 autuações fiscais desse tema no escritório. Os valores passam de R\$ 2 bilhões", afirma.

Para o advogado, o STF criou uma presunção relativa em favor dos empregados sobre a eficácia do EPI. "Quando a tese do Supremo diz que a mera declaração de eficácia do EPI não afasta o direito à aposentadoria especial, isso foi inteiramente retado por alguns juizes como se não existisse EPI eficaz para neutralizar", afirmou. "E

"Se a empresa toma medidas que neutralizam o risco, vale discutir" Cristiane Matsumoto a Receita pegou carona".

Desde o dia 30 de outubro, o advogado Marcello Pedroso, sócio do Demarest, recebeu avisos de cobrança do RAT enviados a pelo menos dez clientes diferentes. As empresas tem até janeiro para se regularizar. "E o aviso não dá benefício para quem pagar, eles só indica que vai autuar se não houver pagamento".

Esses avisos, segundo o advogado, estão deixando as empresas em dúvida sobre o que fazer. "Ao se auto regularizar, vão "comprar" esse custo para sempre e ainda fica o risco em relação aos anos anteriores", destaca. Pedroso alerta também que o adicional precisa ser pago por cada funcionário exposto ao ruído, não só por todos da folha de pagamentos. Ele ainda sugere às empresas, ao receberem as notificações do Fisco, que analisem como os EPIs estão sendo gerenciados.

"Já defendi empresa que tinha empregado com hobby que o colocava risco de perda auditiva comprovada,

que não foi adquirida nem agravada no ambiente laboral", afirmou.

Os especialistas destacam ainda um julgamento do STF que poderá impactar a estratégia da Receita. O STF julgará uma ação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) contra a regra que estabelece a cobrança adicional para financiara aposentadoria especial de empregados que trabalham em condições prejudiciais à saúde, especialmente quanto ao ruído excessivo (ADI 7773/DF). Para a CNI, a concessão do benefício dependeria de comprovação, com a possibilidade de o empregador produzir provas. No formato atual, diz a entidade, a contribuição do RAT "tem gerado profundo impacto econômico nas atividades industriais".

Procurada pelo Valor, a Receita não retornou até o fechamento desta edição.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Em cenários incertos, papel do BC é ser mais conservador, diz Galípolo

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou ontem que, em cenários incertos, o papel da autoridade monetária "é ser um pouco mais conservador". Ele descreveu um quadro de sinais mistos "especialmente complexos" na economia brasileira, que ainda apresenta resiliência.

Em evento promovido pela XP, Galípolo ressaltou os desafios de analisar o comportamento do mercado de trabalho atualmente. Mesmo assim, o presidente do BC afirmou que é difícil contestar a avaliação de que está aquecido. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) destacou a resiliência do mercado de trabalho mesmo com a taxa básica de juros em patamar alto.

"É normal que você tenha sinais mistos mesmo na economia, mas desta vez eles estão especialmente complexos por causa desse mau comportamento das correlações (econômicas)", disse.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mais recente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que a taxa de desemprego caiu para 5,4% no trimestre móvel encerrado em outubro. O número representa o menor nível da série histórica iniciada em 2012. O resultado ainda surpreendeu economistas e veio abaixo do piso de projeções coletadas pelo Valor Data, que iam de 5,5% a 5,7%.

Por sua vez, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 (IPCA-15), a prévia da **inflação** oficial, subiu 0,20% em novembro, também segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com esse registro, o IPCA-15 acumulado em 12 meses ficou em 4,5%, no teto da meta

de **inflação** perseguida pelo BC, que é de 3% e tem intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Já o relatório Focus vem mostrando uma redução nas expectativas de **inflação** calculadas pelo mercado. Para 2025, a mediana das projeções ficou em 4,43% na edição divulgada na segunda-feira, abaixo dos 4,55% registrados há quatro semanas. Para 2026, a mediana passou de 4,20% para 4,17% no mesmo período. Para 2027, a estimativa permaneceu em 3,80%.

"A gente ainda não está onde nosso mandato manda a gente estar", afirmou Galípolo, em referência às informações sobre o comportamento da **inflação**.

Questionado sobre o termo "bastante prolongado" utilizado na comunicação oficial do Copom para caracterizar o período durante o qual seria necessário manter a taxa básica de juros em patamares altos para atingir a meta de **inflação**, Galípolo disse que o "bastante" não "zera" a cada nova reunião. Ou seja: o período "bastante prolongado" já está em vigor.

"Não é que ele (bastante) zera a cada nova reunião que a gente escreve", disse, ressaltando que o processo de convergência à meta da **inflação** está lento.

O Comitê de Política Monetária manteve a taxa Selic em 15% ao ano nas suas últimas três reuniões. Agentes de mercado projetam cortes a partir do primeiro trimestre de 2026 - embora não haja consenso sobre o momento desse período em que as reduções começarão a ser feitas.

O presidente do Banco Central também apontou que não quer "agregar volatilidade". Mas afirmou que não há necessidade de um "código" na comunicação da autoridade monetária em que o Comitê de Política Monetária vai "telegrafar" os seus planos. "Não tem necessidade disso."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

População pode escolher quais temas serão fiscalizados pelo TCU; veja como

Por Eduarda Barradas, g1 PI*

População pode escolher temas que serão fiscalizados pelo TCU em 2026.

A partir da campanha Você escolhe, o TCU fiscaliza! , a população pode votar, de forma online, entre cinco grandes temas e 18 problemas.

A consulta ficará aberta até o dia 1º de fevereiro de 2026.

A população deve acessar o site de participação cidadã do Tribunal para participar.

Os piauienses já podem escolher temas que serão debatidos no Tribunal de Contas da União (TCU-PI) em 2026. A partir da campanha Você escolhe, o TCU fiscaliza! , a população pode votar, de forma online, entre cinco grandes temas e 18 problemas.

O Tribunal abre a oportunidade das pessoas indicarem os problemas que elas vivenciam no seu dia a dia para que o TCU identifique os principais pontos e ajudar a população a ter melhores serviços , explicou o secretário do TCU-PI, Luís Emílio.

? Siga o canal do g1 Piauí no WhatsApp

O TCU já havia feito outra consulta pública aos cidadãos, realizada no primeiro semestre deste ano. Os temas mais populares (imóveis abandonados; fila do **INSS**; obras em rodovias; obras paralisadas na saúde; e prevenção de desastres naturais) foram debatidos em auditorias no mês de novembro.

Desta vez, a população seleciona temas que abrangem assistência a populações vulneráveis; energia e conectividade; infraestrutura e logística; segurança pública e defesa; e serviços públicos essenciais.

A consulta ficará aberta até o dia 1º de fevereiro de 2026. A população deve acessar o site de participação cidadã do Tribunal para participar.

*Eduarda Barradas, estagiária sob supervisão.

VÍDEOS: assista aos vídeos mais vistos da Rede Clube

Site: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/12/02/tcu-fiscalizacao.ghtml>

Fundo de previdência aprovou aportes de R\$ 97 milhões

Atas do Instituto de Previdência dos **Servidores Públicos** de Maceió mostram que a política de investimentos que permitiu aportes milionários no Banco Master foi aprovada em uma reunião do Conselho de Administração sem o quórum mínimo de conselheiros e realizada em uma data entre o Natal e o Ano Novo.

Dois aportes do fundo, no valor total de R\$ 97 milhões, foram feitos em tipos de investimento do Master sem proteção de perdas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e podem resultar em prejuízos milionários ao fundo de previdência, já que a instituição foi liquidada pelo Banco Central e se tornou alvo de investigação da Polícia Federal.

Questionado, o Maceió Previdência afirmou em nota que o Conselho de Administração não analisa investimentos específicos, disse que as políticas de investimentos anuais passaram a ser confeccionadas para o aprimoramento da gestão e que o Master estava "plenamente habilitado" pelo Banco Central na época dos aportes.

A reunião do Conselho de Administração que autorizou a política de investimentos do fundo da previdência de Maceió para 2024 foi realizada em 27 de dezembro de 2023. Conforme as atas, seis conselheiros estavam presentes. A legislação municipal, porém, prevê que as reuniões do Conselho só podem ser instaladas com a presença de pelo menos sete conselheiros. A ata diz que os seis conselheiros aprovaram a política de investimentos, mas apenas quatro deles assinaram efetivamente a ata.

Sobre esse ponto, o fundo não se manifestou, quando questionado pela reportagem.

O Maceió Previdência é mais um fundo a ficar com recursos presos no Banco Master, liquidado pelo BC em 19 de novembro.

Nas últimas semanas, o Estadão mostrou que 18 fundos de previdência criados para cuidar da aposentadoria de **servidores públicos** colocaram cerca de R\$ 2 bilhões em papéis do banco.

Por causa dessa falta de quórum e da falta de assinaturas dos conselheiros, o vereador e ex-prefeito

Rui Palmeira (PSD) enviou uma representação à Polícia Federal pedindo a abertura de investigação sobre o caso. Ele argumentou que a sessão não poderia ter ocorrido com apenas seis conselheiros e citou suspeitas de irregularidades na falta de assinaturas. O vereador faz oposição ao prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL).

Na representação enviada à PF, o vereador Rui Palmeira pediu a investigação dos gestores do Maceió Previdência sob acusação de terem autorizado "operações financeiras extremamente temerárias" e citou que, na época dos aportes, já havia sinais públicos de dificuldade financeira do Master.

Nessa reunião do dia 27 de dezembro, não foram discutidos os aportes específicos no banco Master, mas ficou estipulada uma política de investimentos que permitiu a aplicação dos recursos em carteiras sem proteção do FGC.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Reforma tributária: preenchimento de informações sobre IBS/CBS será facultativo em janeiro

Eduardo Cucolo

Receita Federal e estados decidiram flexibilizar uma das regras previstas para o início da implantação da **reforma tributária**. O preenchimento dos campos dos novos **tributos** (IBS/CBS) será facultativo no primeiro mês do próximo ano para fins de validação das notas fiscais.

O objetivo é evitar que algumas empresas não consigam emitir esses documentos a partir de 5 de janeiro de 2026, quando começa a transição para o novo sistema, e fiquem impedidas de faturar.

O "preenchimento dos campos IBS/CBS não será exigido por regra de validação, porém permanece obrigatório conforme a legislação vigente", segundo nota técnica da Receita e do Encat (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais).

"Se preenchidos [os campos], as regras de validação serão aplicadas", segundo a nota técnica.

A legislação vigente prevê punições em caso de não preenchimento, mas a lei deve ser alterada pelo Congresso para que as empresas possam corrigir as informações no prazo de 60 dias sem serem punidas.

A flexibilização das regras de validação dos campos de CBS e IBS visa evitar que deixem de ser emitidas notas fiscais em janeiro. Nos meses seguintes, a validação passará a ser obrigatória, segundo técnicos do governo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A medida é positiva, considerando que a Câmara dos Deputados ainda não aprovou o segundo projeto de regulamentação da reforma.

Em nota divulgada na última sexta-feira (28), o Comsefaz, órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda, afirma que "a não aprovação do PLP

108/2024 ainda em 2025 representaria um sério obstáculo ao calendário de implementação da **reforma tributária** do consumo".

A entidade diz que, se a contribuição federal CBS entrar em vigor antes da instalação definitiva do Comitê Gestor do IBS (imposto de estados e municípios), "haverá um descompasso grave entre os pilares da Emenda Constitucional nº 132/2023".

"Isso afetaria não apenas a simetria entre os **tributos**, mas também o próprio regulamento do IBS -cuja consolidação depende diretamente da aprovação", diz a entidade. "Adiar a aprovação do PLP 108/24 significa adiar o IBS e comprometer a reforma."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/12/reforma-tributaria-preenchimento-de-informacoes-sobre-ibscbs-sera-facultativo-em-janeiro.shtml>

Mercado passa a prever inflação dentro da meta

» RAFAELA GONÇALVES » RAPHAEL PATI

Em meio à desaceleração da economia por conta do aperto da política monetária, economistas do mercado financeiro voltaram a reduzir as projeções para a **inflação** deste ano. Conforme dados do mais recente Boletim Focus, divulgado, ontem, pelo Banco Central (BC), a mediana das estimativas dos economistas ouvidos pela autoridade monetária para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 recuou de 4,45% para 4,43%.

A nova projeção sinaliza que a **inflação** oficial deve encerrar o ano dentro do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2025. A meta atual é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, o que permite que o índice oscile entre 1,5% e 4,5%.

Contudo, analistas reforçam que os juros não devem cair neste ano. As estimativas para a taxa básica da economia (Selic) para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que acontece na próxima semana, indicam juros estáveis em 15% ao ano. As declarações do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, têm reforçado essa previsão, afirmando que a **inflação** "ainda não está cedendo como o esperado".

Para 2026, a mediana das expectativas de alta dos preços caiu pela segunda semana consecutiva, passando de 4,18% para 4,17%, conforme os dados do Focus. E, para 2027 e 2028, as projeções permanecem estáveis em 3,80% e 3,50%, respectivamente.

"As projeções do Focus para 2026 indicam que o mercado vê continuidade no processo de desinflação e, por consequência, menor necessidade de intervenção adicional na política monetária.

O motivo por trás dessa leitura é a combinação entre **inflação** projetada em queda e percepção de estabilidade na atividade econômica", avaliou Gabriel Padula, CEO do Grupo Everblue.

A mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic no fim do ano que vem também foi mantida em 12% ao ano, assim como para 2027, que segue em 10,50% ao ano.

Em 2028, porém, houve nova revisão para baixo, com a Selic projetada em 9,50% anuais, contra 9,75% na pesquisa anterior, marcando a segunda redução consecutiva para aquele ano.

Para analistas, a combinação de estimativas de **inflação** em desaceleração com a estabilidade dos juros desde junho no atual patamar reforça a percepção de que o Banco Central conseguiu conduzir, de forma eficaz, a ancoragem das expectativas do mercado.

A sinalização para 2026 reflete a confiança do mercado na condução da política monetária, sustentada pela desaceleração da **inflação** e pela projeção de juros estáveis.

É o que afirmou Edgar Araújo, CEO da Azumi Investimentos. "As projeções estáveis para 2026 indicam que o mercado enxerga a política do Banco Central como consistente e capaz de conduzir a **inflação** de volta à meta." O presidente do Banco Central ainda reconheceu que os recentes ajustes nas estimativas do mercado para a **inflação** deste ano refletem a estratégia do Copom, que segue firme no objetivo de conseguir convergir a **inflação** para o centro da meta.

Conservadorismo Em evento em São Paulo organizado pela XP Investimentos, ontem, Galípolo destacou que o cenário atual reflete o que ele chama de "mau comportamento das correlações" no ambiente macroeconômico e reforça a necessidade da autoridade monetária atuar de forma mais conservadora em relação aos juros. "Tudo isso reforça uma postura humilde e conservadora por parte do Banco Central. Você tem que ser mais conservador. Se você não sabe muito bem o que está acontecendo, se tem alguma dúvida, o papel do Banco Central é ser um pouco mais conservador. Eu acho que é isso que a gente vem fazendo", declarou.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em outubro recuou para 5,4% e atingiu o nível mais baixo desde 2012, início da série histórica. E isso ocorre mesmo com a taxa de juros a 15% ao ano, o que, em tese, restringe a atividade econômica.

Apesar da queda recente da inflação nos últimos meses, Galípolo destacou que as projeções recuam bem menos do que o BC esperava quando iniciou a trajetória de alta da Selic. "Acho que qualquer país do mundo esperaria (uma inflação menor) com uma taxa de juros em um patamar restritivo com esse", considerou.

"Esses mesmos dados demonstram que a gente não está onde o nosso mandato manda a gente estar", acrescentou o presidente do BC, ao fazer uma análise sobre a inflação corrente alinhada à taxa de juros.

Galípolo ainda reforçou que o BC não se arrepende de ter promovido um aperto monetário mais restritivo no começo de 2025 e que a situação seria "bastante diferente" da atual, caso a taxa não fosse elevada a 15%. "O Banco Central vai estar sempre reafirmando que o mandato dele é esse: se precisa dar uma dose maior do remédio para dar efeito, ele vai dar", frisou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/02/all.pdf>

Com crise nos Correios, governo avalia mudar a meta das estatais para 2026

**CÍCERO COTRIM FLÁVIA SAID MATEUS MAIA BRASÍLIA
I COLABOROU ALVARO GRIBEL**

dos Correios deve tornar necessária uma mudança na meta fiscal das empresas estatais do ano que vem, segundo integrantes da equipe econômica.

A avaliação é de que o prejuízo contabilizado pela estatal, que vive a maior crise da sua história, vai continuar pelo menos ao longo de 2026. Se o alvo for mantido, isso vai limitar o espaço para gastos do governo em pleno ano eleitoral.

O debate sobre a mudança do alvo fiscal das empresas ainda não começou na Junta de Execução Orçamentária (JEO), que reúne os ministros da Casa Civil (Rui Costa), da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet). No entanto, técnicos da equipe econômica consideram certo que a discussão vai ter de acontecer, devido aos riscos para o Orçamento.

A meta das estatais é estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

O texto de 2026, que ainda não foi aprovado pelo Congresso, prevê um prejuízo de R\$ 6,752 bilhões para o conjunto das empresas em 2026 - o equivalente a 0,05% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Quando o prejuízo é maior do que o estimado, o governo é obrigado a incorporar a diferença no resultado primário (aferido para a meta fiscal), o que pode levar a um contingenciamento, ou seja, congelamento de despesas.

Em novembro, por exemplo, a estimativa do governo para o déficit primário das empresas estatais em 2025 subiu de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 9,2 bilhões, acima da meta de R\$ 6,2 bilhões - muito em função dos prejuízos contabilizados nos Correios. Isso obrigou o governo a incorporar a diferença no Orçamento do ano, o que levou a um contingenciamento extra de R\$ 3 bilhões.

Como o PLDO de 2026 foi apresentado em abril - antes do agravamento da crise nos Correios vir a público -, técnicos avaliam que o déficit das empresas estaria subestimado.

Se nada for feito, argumentam, o risco é de que o governo tenha de alterar a previsão para as estatais radicalmente já no primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2026, e determinar um contingenciamento grande de gastos.

Tudo isso ocorreria não só em meio às eleições presidenciais, mas no primeiro ano em que a meta de resultado primário do governo aponta para o positivo. O alvo do ano que vem é um superávit de 0,25% do **PIB**, ou o equivalente a R\$ 34,260 bilhões, segundo o PLDO de 2026. O piso do alvo é de déficit zero, mesmo nível de resultado que foi o centro da meta em 2024 e 2025.

PREJUÍZO. De janeiro a setembro deste ano, os Correios tiveram prejuízo de R\$ 6,05 bilhões, quase o triplo dos R\$ 2,13 bilhões contabilizados no mesmo período de 2024.

A diretoria da empresa trabalha em um plano de recuperação, mas considera que os rombos nas contas devem permanecer ao longo do ano que vem.

No sábado, o conselho de administração da estatal aprovou o programa de reestruturação da companhia, que prevê um empréstimo de R\$ 20 bilhões, mas isso depende do aval do Tesouro Nacional para ser efetivado.

A ideia é que o financiamento seja liberado por um consórcio de cinco bancos, tendo a União como fiadora e juros estipulados em 136% do CDI.

Ontem, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação pedindo fiscalização da operação de crédito (mais informações nesta página).

O Estadão apurou com pessoas diretamente envolvidas na negociação que o financiamento deve envolver Banco do Brasil, Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil e Safra. Em nota, a estatal não deu detalhes sobre o empréstimo e afirmou que "mais informações sobre a operação de crédito poderão ser divulgadas oficialmente após a avaliação e liberação pelos órgãos supervisores competentes".

**

MP junto ao TCU pede análise sobre proposta de aporte aos Correios | RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou ontem representação pedindo a fiscalização da operação de crédito emergencial pelos Correios, estimado em R\$ 20 bilhões. A representação do subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pede ainda a avaliação sobre a taxa de juros negociada, a garantia oferecida pela União e o impacto financeiro sobre os Correios e o Tesouro Nacional.

O MP junto ao TCU também quer a análise dos impactos da operação sobre o déficit público e a sustentabilidade financeira dos Correios.

Ainda não há data para a análise do pedido pelo plenário da Corte de Contas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com crise dos Correios, meta fiscal para estatais deve piorar

Jéssica Sant'Ana e Giordanna Neves

O governo deve propor uma mudança para pior na meta fiscal das estatais federais em 2026, de forma a acomodar o prejuízo primário dos Correios e evitar um contingenciamento volumoso de recursos do Orçamento do Executivo em pleno ano eleitoral. O movimento tende a pressionar a dívida pública para cima.

Atualmente, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 autoriza que o conjunto das estatais tenha um déficit primário de até R\$ 6,7 bilhões, valor que já excetua R\$ 5 bilhões para despesas relacionadas a investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A avaliação de técnicos da equipe econômica é que esse meta não vai comportar os investimentos que os Correios terão que fazer dentro do plano de reestruturação da empresa. Como investimento é despesa, se não houver receita equivalente, vira déficit primário, o que tende a pressionar a dívida.

A informação foi divulgada primeiro pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pelo Valor. O novo valor para a meta de 2026 das estatais está em definição, mas a mudança para um déficit maior é dada praticamente como certa pela equipe econômica. Com a estratégia, o governo busca evitar o que aconteceu neste ano, quando houve piora na projeção do déficit primário dos Correios, o que fez com que o governo tivesse que contingenciar R\$ 3 bilhões de recursos do Orçamento.

Isso acontece porque, quando a meta das estatais corre risco de descumprimento, o governo central precisa fazer essa compensação contábil - não há aporte de recursos nas empresas, mas o valor precisa ser compensado contabilmente pelo governo, que tem uma piora do seu resultado primário.

Segundo uma fonte informou ao Valor, caso não haja mudança no déficit permitido às estatais em 2026, a equipe econômica teria que fazer um contingenciamento volumoso já no primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. Na visão dessa fonte, não é correto penalizar os ministérios e demais órgãos públicos pela crise enfrentada pelos Correios.

Há o argumento também que os Correios terão déficit primário porque farão novos investimentos e que a receita desses novos projetos demorará a entrar no caixa, o que gerará um descasamento e aumentará o déficit da empresa temporariamente.

Por ora, está descartado excetuar os Correios da meta fiscal das estatais, o que, na leitura dessa fonte, seria uma solução pior. Isso porque, ao manter os Correios dentro da meta, o resultado da estatal continuará sob a vigilância da equipe econômica.

Também não está em discussão alterar a meta de resultado primário do governo central, que é formado por Previdência, Tesouro Nacional e Banco Central. Essa meta proposta para 2026 é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com intervalo de tolerância. A meta das estatais e do governo central são independentes, ou seja, cada esfera tem a sua e a fixação, no âmbito da LDO, de uma não interfere na outra. A interferência existe somente na fase de execução orçamentária, quando a LDO prevê que o governo central precisa compensar eventual estouro das estatais.

No caso do empréstimo de R\$ 20 bilhões que vem sendo negociado pelos Correios com um grupo de bancos e garantia da União, o custo previsto em aproximadamente 136% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) foi questionado nesta segunda-feira por técnicos que acompanham a operação e pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU). Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a opção de recorrer ao financiamento precisa ser claramente justificada, uma vez que essa operação tende a ter um custo superior ao de uma captação realizada diretamente pelo próprio Tesouro. Taxas de juros mais altas poderiam, por exemplo, exigir garantias maiores da

União. Tesouro, Correios e Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não comentaram.

O conselho de administração da empresa autorizou no sábado (28) o avanço das tratativas para o empréstimo. A taxa ofertada ficou perto de 136% do CDI, acima do teto de 120% definido pelo Tesouro.

Hoje, a possibilidade de um aporte da União na empresa esbarra nos limites do arcabouço fiscal, tanto

no resultado primário quanto no teto. Além disso, técnicos do Tesouro lembram que as regras atuais partem da premissa de que a empresa deve buscar uma forma de se reestruturar para honrar o financiamento sem gerar despesa para a União. Eles reconhecem que, do ponto de vista macroeconômico, sempre será mais caro captar o financiamento com bancos do que obter recursos com o Tesouro. Mas, na lógica atual, isso não seria o modelo correto. Caso contrário, nenhuma empresa buscaria financiamento próprio.

Além disso, a discussão sobre a garantia da União tornou-se central nas negociações. Em operações do tipo, a garantia funciona como um seguro: se a estatal não pagar, o Tesouro cobre a dívida. No desenho negociado, a empresa também ofereceria uma contragarantia, ou seja, um ativo que o governo pode executar caso tenha de honrar o pagamento. No caso dos Correios, a contragarantia discutida é a cessão de recebíveis de R\$ 800 milhões. Mas esses valores precisam ser desvinculados da operação anterior de R\$ 1,8 bilhão contratada no primeiro semestre com alguns bancos, que deve ser quitada com parte dos recursos do novo financiamento.

A expectativa era que os Correios enviassem nesta segunda-feira ao Tesouro o pedido de garantia, mas esse passo pode demorar um pouco mais. A estatal ainda ajusta com os bancos alguns detalhes operacionais, como exigências e pré-requisitos necessários para a formalização da operação ou para o desembolso, antes de encaminhar a documentação final.

Ainda na segunda-feira o MPTCU pediu que a corte de contas acompanhe de perto o empréstimo emergencial. A operação foi classificada pelo órgão como uma espécie de "Bolsa Banco", em alusão ao Bolsa Família.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

SPE faz cálculo de concentração de renda para justificar mudança no IR

Giordanna Neves

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aponta que o 1% mais rico do país concentra 37,3% da riqueza declarada no Imposto de Renda de 2023. Além disso, afirma que os 10% mais ricos detêm 64,2% de toda a renda declarada naquele ano. Os dados integram o Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

Na semana passada, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a isenção do IR para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil, além de diminuir a alíquota para quem ganha até R\$ 7.350. A medida era uma das principais bandeiras de Lula desde 2022. O levantamento da SPE mostra que a carga efetiva de IR só aumenta

a até o centésimo 93 (93 faixa mais rica de 100), que chega a pagar, em média, 12% de sua renda bruta em IR. Depois desse ponto, o padrão se inverte, ou seja, entre os contribuintes que ocupam o topo da pirâmide, a alíquota cai. No estrato do 0,01% mais rico, a alíquota efetiva é de 4,6%, patamar próximo ao de contribuintes com renda inferior.

A SPE também chama atenção para a composição dos rendimentos isentos. Segundo o levantamento, lucros e dividendos responderam por 34,9% do que foi declarado como isento em 2023. Em seguida aparecem outros rendimentos isentos (18,7%), os ganhos de sócios ou titulares de micro e pequenas empresas do Simples Nacional (12,9%) e as transferências patrimoniais, doações e heranças, que somaram 8,2%.

O estudo mostra ainda que, entre os contribuintes de renda mais baixa, as deduções declaradas são praticamente nulas. Já os 10% mais ricos responderam por 43,9% de todas as deduções registradas em 2023; os 5% mais ricos, por 30,1%; e o 1% mais rico, sozinho, absorveu 13,6% do total. O projeto de lei complementar enviado pelo Executivo ao Congresso, que prevê um corte linear de 10% nos benefícios fiscais, está parado na Câmara. "Sabemos de toda a questão dos benefícios tributários, do crescimento desses benefícios, do tamanho que isso

se tornou e da fragilidade da governança que a gente tem hoje com os benefícios fiscais.

Essa agenda do corte de benefícios tributários está aí ainda em discussão e é importantíssimo que ela avance", disse a subsecretária de política fiscal da SPE, Débora Freire.

A SPE também divulgou que projeta que o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do Brasil foi de 2,6% em 2024, acima dos 2,5% estimados para 2023 e dos 2,1% registrados em 2022. Já o hiato médio do produto ficou positivo 0,4% no ano passado. O **PIB** potencial mede a capacidade máxima de crescimento da economia sem gerar pressões inflacionárias.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Fim do ano melhor do que o esperado - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O ano termina melhor do que o esperado e melhor do que começou. No início de 2025, o cenário de mercado era de inflação em 6% e de alta de alimentos entre 8% e 9%. A projeção da inflação está entre 4% e 4,4%, e a inflação de alimentos fecha o ano em 1,35%. A taxa de câmbio estava em R\$ 6,18 em janeiro. Atualmente, o dólar gira em torno de R\$ 5,35. Quem faz essa comparação entre o que se esperava no começo do ano e o que realmente aconteceu é Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual.

Alguns números da economia brasileira são realmente surpreendentes. A inflação de alimentos, por exemplo, fez uma trajetória totalmente diferente do que se esperava.

-No ano passado, a inflação de alimentos foi 8,2%, e foi um dos fatores que impactou negativamente a aprovação do presidente. No início do ano, a expectativa era de 9%. Vai fechar o ano em 1,3%. Houve uma queda muito forte da inflação de alimentos e o cenário em geral é bem melhor do que o projetado no começo do ano -disse Mansueto.

Outros economistas com quem eu conversei ontem apontam dados de mudança de cenário. No começo do ano, quando o Banco Central deu aquele primeiro choque de juros e, depois, continuou elevando as taxas, havia duas apostas: um grupo achava que o gasto fiscal era alto, portanto, não adiantaria subir juros porque não debelaria a inflação. Outro grupo achava que aquele choque de juros jogaria a economia numa recessão. Não ocorreu nem o primeiro, nem o segundo cenário. A inflação está convergindo para a meta, e a economia desacelerou, mas está crescendo ao ritmo de 2%.

Apesar disso, o Banco Central teve que escrever este ano duas cartas para explicar o não cumprimento da meta. O atual presidente nunca cumpriu a meta e, de acordo com as projeções de mercado, não cumprirá durante este governo, porque, como se sabe, a meta é 3%. Há três semanas, as perspectivas dos economistas colocam a inflação dentro do intervalo de flutuação, mas bem acima do centro da meta.

-Alguns bancos estão prevendo 4% de inflação este

ano e outros, 4,4%. Mas, no início do ano, a previsão era de 6%. Para o próximo ano, a previsão é de 4%. Se levarmos em conta que a inflação de 2023 foi de 4,6% e a de 2024 foi de 4,8%, a média deste governo ficaria em torno de 4,5%, o que é um resultado muito

bom. Menor do que isso só os 4,3% da taxa média do governo **Temer**, que não foi um ciclo completo de quatro anos, teve apenas dois anos e meio de duração -explica o economista.

A inflação de alimentos terá uma média ainda menor nos quatro anos, em torno de 3% pelos cálculos de Mansueto.

-Olhando para a frente, as expectativas de inflação estão caindo. Tanto que é muito provável que, em janeiro, o Banco Central inicie um ciclo de corte de juros, porque quando se observa o horizonte relevante, ou seja, 18 meses para a frente, a inflação está caindo.

Esta semana sairá o **PIB** do terceiro trimestre, as projeções mostram que a economia está em desaceleração, e o resultado pode ser um pequeno positivo, em torno de 0,2%. O que é surpreendente, dado o nível dos juros reais, em torno de 10%. A economia está diminuindo o ritmo, mas não entrando em recessão.

Mesmo com a inflação em queda e a economia desacelerando -sinais de que a política monetária está fazendo efeito -não se espera queda dos juros na reunião do Copom na próxima semana. Mas há grande aposta de que a Selic começará a cair no ano que vem.

- Outra surpresa foi o desemprego. Como o Banco Central começou a subir os juros em setembro do ano passado, era natural acontecer o seguinte: juros sobem, economia esfria, desemprego aumenta. Livro-texto de economia. No começo do ano, parecia que o desemprego ia subir um pouco, como era esperado. Mas depois mudou. O desemprego começou a cair de forma consistente, e o último dado do IBGE mostrou a taxa de 5,4%, um mínimo histórico.

Ele acha que isso não é prova de economia aquecida. Tanto que o Caged veio muito fraco, e está havendo uma queda da força de trabalho, o que explicaria o

número baixo do desemprego. Mesmo assim, há quem aponte os números surpreendentes do consumo. Na Black Friday, houve 297 milhões de operações no Pix, movimentando R\$ 160 bilhões. A economia tem surpreendido o tempo todo este ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dados reforçam aposta de novo corte de juro pelo Fed (Editorial)

Depois que as estatísticas voltaram a fazer parte do normal na economia americana, com o fim do "shutdown", nada mudou muito a ponto de alterar as apostas sobre o rumo no curto prazo das taxas de juros nos EUA. O emprego não está crescendo, em boa medida devido à grande queda da imigração e à expulsão de imigrantes sem documentos. Mas as empresas americanas estão contendo as demissões. Isso reflete uma dúvida sobre uma eventual desaceleração, que pode ser breve, levando as companhias a optar por manter seus trabalhadores para não terem de recontratar pessoas a salários maiores. Os consumidores de alta renda mantêm o consumo em bom ritmo graças aos ganhos recordes das ações, enquanto os de baixa renda diminuíram as compras.

O equilíbrio possível da equação se dá pela taxa de juros, que pode ou não cair na próxima reunião do Federal Reserve (Fed, o BC americano). Quase 90% das apostas são de que sim, segundo projeções do CME FedWatch. Pode também ser a última reunião em que o próximo presidente não ofusque o atual. Trump diz que já escolheu o sucessor de Jerome Powell.

A uma semana da última reunião do ano do Fed, nos dias 9 e 10, os mais recentes indicadores trouxeram alguns sinais do impacto da errática política tarifária do presidente Donald Trump sobre as decisões de gastos de empresas e consumidores, assim como uma queda na confiança com a paralisação recorde do governo federal - que durou 43 dias. Ontem, o Instituto para Gestão de Oferta (ISM) informou que o nível de atividade industrial dos EUA caiu ainda mais em novembro, para 48,2, mantendo-se abaixo de 50 por nove meses consecutivos. A pesquisa sugere que a base industrial do país continua prejudicada pela incerteza em relação à política comercial e pelos elevados custos de produção.

O índice ISM de preços pagos por materiais subiu pela primeira vez em cinco meses e está cerca de 8 pontos acima do registrado há um ano. Segundo o ISM, os pedidos e a carteira de encomendas encolheram em novembro, com a incerteza em relação às tarifas levando os clientes a adiar os pedidos até que haja mais clareza sobre o custo das mercadorias.

Apesar das incertezas alimentadas pelas tarifas de

Trump, a atividade econômica dos EUA se manteve relativamente estável nas últimas semanas, segundo o mais recente Livro Bege do

Fed, um sumário das condições econômicas atuais e que serve de base para a decisão de política monetária do Comitê Federal de Mercado Aberto, o Fomc. O relatório do Fed apontou uma queda no consumo geral, com exceção dos consumidores de alto poder aquisitivo - cerca de 20% da população no topo da renda - e que respondem por quase a metade dos gastos de consumo do país. O emprego caiu ligeiramente, enquanto os preços subiram em ritmo moderado. "No geral, as perspectivas permaneceram praticamente inalteradas", registra o Fed, acrescentando que "algumas empresas apontaram um risco maior de desaceleração da atividade nos próximos meses, enquanto algum otimismo foi observado entre empresas manufatureiras".

Até o fim do terceiro trimestre a economia americana crescia em ritmo acelerado, estimado em 3,9% (taxa anualizada) pela ferramenta de **PIB** em tempo real do Fed de Atlanta (GDPNow). O "shutdown" de seis semanas pode ter um impacto negativo de cerca de 1,5 ponto percentual no quarto trimestre, segundo estimativa do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO). A reabertura do governo, por outro lado, deverá impulsionar o crescimento no próximo trimestre em 2,2 pontos percentuais, segundo o CBO. Porém, cerca de US\$ 11 bilhões em atividade econômica serão perdidos permanentemente, pois alguns gastos não serão compensados, como viagens ou refeições que deixaram de ser feitas durante a paralisação.

As apostas de um novo corte de 25 pontos-base na taxa dos Fed Funds, para 3,5%-3,75%, ganharam força no último mês após declarações "dovish" de dois membros do Fomc: Christopher Waller, do Conselho do Fed, disse que os dados disponíveis mostravam que o mercado de trabalho dos EUA permanecia fraco o suficiente para justificar outro corte de 0,25 ponto percentual agora. O presidente do Fed de Nova York, John Williams, disse que o BC ainda pode cortar a taxa de juro básica "no curto prazo" sem colocar em risco sua meta de inflação.

As expectativas de que um novo corte no juro pelo Fed estaria bem encaminhado voltaram a dar impulso de alta nas ações na semana passada, o que levou o S P

500 a subir mais de 3% e o Nasdaq, quase 5%, com valorização acumulada no ano acima de 16% e 20%, respectivamente. Porém, a partir de janeiro o ruído em torno das decisões de política monetária deverá aumentar, uma vez que Trump planeja anunciar até o Natal o substituto de Powell à frente do Fed.

O mais cotado hoje é o presidente do Conselho Econômico Nacional, Kevin Hassett. Se alguns veem um risco de politização do BC, outros ponderam que, embora as nomeações possam ser políticas, a atuação no cargo é limitado por leis, mandatos e pela necessidade de preservar a credibilidade da autoridade monetária. Nos próximos cinco meses, até o fim do mandato de Powell, os investidores globais acompanharão com atenção cada palavra do indicado por Trump em busca de sinais sobre se o principal banco central global vai se manter independente ou não depois de maio.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Mistura de Black Friday com 13º faz Pix bater recorde

O Pix movimentou volume diário recorde de R\$ 166,2 bilhões na última sexta-feira (28), dia de pagamento da primeira parcela do 13º salário aos trabalhadores e da Black Friday, temporada de grandes descontos no comércio.

O número de transações também foi recorde: foram registradas 297,4 milhões de operações em um único dia pelo sistema de pagamentos instantâneos, segundo dados divulgados pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a primeira parcela do 13º salário deve ser paga aos trabalhadores contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a **servidores públicos** até o dia 30 de novembro. Como a data caiu em um domingo, o prazo para pagamento terminou na última sexta.

O recorde anterior era do dia 5 de setembro, quando foram realizadas 290 milhões de operações pelo Pix, movimentando R\$ 164,8 bilhões.

"O resultado é mais uma demonstração da importância do Pix como infraestrutura digital pública, para o funcionamento da economia nacional", disse o BC em nota.

Investigação

Em julho, o Pix entrou na lista de investigação comercial aberta pelo governo dos Estados Unidos, como uma possível prática desleal do país em relação a serviços de pagamentos eletrônicos. A inclusão do Pix como alvo do governo de Donald Trump provocou uma onda de apoio ao sistema por parte de integrantes do governo, políticos e do sistema bancário.

Após cinco anos de seu lançamento, o Pix se consolidou como principal meio de pagamento utilizado no país. São cerca de 162 milhões de brasileiros cadastrados, superando a população economicamente ativa (em torno de 110 milhões) (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/publ/jornaldebrasilia/>